

CONVENÇÃO DO PMDB

Novas idéias do Palácio do Planalto

Mandato? Regime? Essas discussões podem ser adiadas.

Decididamente, o Palácio do Planalto está jogando todos os seus trunfos para fazer valer suas teses na Convenção Nacional do PMDB, marcada para este final de semana. A primeira saída — dada como "quase certa" pelos mais próximos assessores do presidente José Sarney, é tentar fazer com que a convenção não vote o mandato presidencial e o novo sistema de governo. Para isso, foram mobilizados todos os ministros do PMDB e todos os governadores. E o próprio presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, teria acertado com Sarney, segundo fontes do Palácio, um esquema de pressão destinado a evitar que aqueles dois assuntos sejam votados.

Na dúvida, porém, caso o esforço seja em vão e as matérias sejam colocadas em votação, o rolo compressor das lideranças peemedebistas atua também junto aos convencionais para que votem um mandato de cinco anos para o presidente da República, como deseja Sarney. A estratégia, no caso, é fazer vencer a tese de que a votação seja aberta e não secreta, o que possibilitaria identificar quem votou no que. De antemão, porém, os convencionais contrários às teses do governo são informados de que seus apadrinhados no serviço público serão demitidos, em represália, caso a convenção consagre um mandato de quatro anos para o presidente.

De qualquer forma, a última articulação visando transferir a responsabilidade da decisão sobre o mandato e o sistema de governo à Assembleia Nacional Constituinte ocorrerá na sexta-feira, véspera do início da convenção, durante jantar de todos os governadores do PMDB, na residência oficial de Ulysses Guimarães. E o próprio presidente Sarney poderá participar, embora, até ontem, segundo o porta-voz Frota Neto, ainda não tivesse decidido sobre o assunto, já que retorna naquela mesma noite da Argentina.

Otimismo

Apesar das dúvidas e das divisões, tanto o Palácio do Planalto quanto Ulysses Guimarães estão otimistas com os resultados das pressões. E mesmo se a convenção decidir votar o mandato e o novo regime, "o governo aceita", disse uma fonte do Planalto, "porque sabe que conta com o apoio da maioria dos



convencionais para um mandato de cinco anos e um sistema presidencialista".

Vários parlamentares do PMDB e o governador do Paraná, Alvaro Dias, e de Goiás, Henrique Santillo, estiveram ontem com Sarney para levar seu apoio ao mandato de cinco anos. Dias revelou que a cúpula do PMDB já tem os resultados de uma prévia mostrando que, até agora, mais de 350 convencionais garantiram seus votos para os cinco anos de mandato, contra 120 que preferem quatro anos.

Argumentos

Antes de apelar para as armas mais fortes — retaliações — os componentes do rolo compressor do Palácio do Planalto e do PMDB estão argumentando, a favor de suas teses, com a necessidade de se evitar um racha no partido, ou mesmo sua implosão em função das divisões. O racha, argumentam, interessaria ao PT, ao PDT, ao PFL e a certos setores do governo, mas nunca ao PMDB. No caso, o partido dividido, enfraquecido, ficaria sem condições de bom desempenho nas eleições municipais de 1988 e nas presidenciais de 88 ou 89.

Nas rodas peemedebistas, pró-Sarney e

Ulysses, comenta-se também que a tese do mandato de cinco anos teria sido reforçada com recentes acontecimentos, como a ovação do PDT ao líder do PMDB senador Mário Covas, domingo último; a reconciliação festiva entre Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva; as vaiaas ao PMDB no comício das diretas de Brasília; e o comício pró-diretas em 88 do PT-CUT, na praça da Sé, em São Paulo.

De seu lado, o governador Orestes Quécia determinou a seu grupo na bancada federal que tente influenciar os demais companheiros em favor da não votação do mandato presidencial durante a convenção. Para tanto, a bancada federal do PMDB se reúne hoje, em Brasília.

E ainda ontem, o ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, reuniu todos os ministros do PMDB para um jantar em sua casa, quando foram discutidos os detalhes do esquema de pressão à convenção peemedebista, principalmente sobre os convencionais favorecidos com benefícios do governo.

Os dissidentes

Mas se depender do senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) e do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), a tese do mandato de quatro anos sairá vencedora na convenção. Chagas Rodrigues até anunciou que, na audiência que terá hoje com Sarney, dirá ao presidente que não insista nos cinco anos de mandato porque não tem apoio do PMDB e nem a sociedade quer sua permanência no poder por tanto tempo. "Não há clima para um mandato de mais de quatro anos".

Já Maurílio Ferreira Lima denunciou pressões nos estados sobre os convencionais, através da publicação de listas de servidores federais com os nomes dos políticos responsáveis pelas suas nomeações, e anunciando que esses servidores poderão ser demitidos caso seus "padrinhos" votem contra o governo. Em discurso na sessão da Constituinte, Maurílio fez um desafio: disse que o presidente pode demitir as duas pessoas que indicou para cargos federais, porque domingo, na convenção, dará seus três votos pelo mandato de quatro anos. As propostas para adiamento das votações, segundo definiu, "são indecentes sem-vergonhices".

O PMDB prepara (com cuidado) a convenção

A convenção nacional extraordinária do PMDB começa neste sábado, com um debate sobre a conjuntura econômico-social, quando então o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, pretende participar e fazer a defesa de seu plano econômico. No domingo, o ministro voltará a participar, mas como convencional, ao lado dos demais ministros também filiados ao PMDB: Renato Archer, Aloísio Alves, Marcos Freire, Roberto Santos, Celso Furtado, Raphael de Almeida Magalhães, Almir Pazzianotto e Iris Rezende.

Hoje, expira o prazo estabelecido pelo partido à apresentação de moções à convenção, que serão examinadas amanhã, durante a reunião da executiva nacional a ser presidida pelo 3º vice-presidente, senador Afonso Camargo. Cada uma das moções será examinada separadamente e, em seguida, serão indicadas comissões para oferecer parecer sobre elas. Camargo substituirá Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, que está no exercício da Presidência da República.

Entre as moções apresentadas, Bresser poderá ouvir, durante a convenção, a do deputado Vasco Alves, pedindo o rompimento do partido com o governo Sarney.

Apesar disso, os líderes do PMDB não acreditam em manifestações de hostilidade contra qualquer ministro da agremiação.

Mas há outras moções a serem examinadas. Como a do jurista Miguel Reale Júnior, delegado do PMDB paulista, que apresentou emenda instituindo o semipresidencialismo como forma de governo. Por esse sistema, haveria presidente, vice-presidente e primeiro-ministro: o presidente exerceria as funções de chefe de governo e chefe de Estado; ao primeiro-ministro caberia a atribuição de coordenador do conselho de ministros; e o mandato seria de cinco anos. Tal moção seria de inteiro agrado de Ulysses Guimarães.

O deputado Sérgio Spada propôs auditoria da dívida externa e os deputados Oswaldo Lima Filho e Virgildásio de Senna sugeriram definição de empresa nacional para a aprovação dos convencionais. Pela moção, empresa nacional seria aquela constituída no Brasil e com sede no Brasil, na forma da lei, cujo controle decisório e de capital pertence a brasileiros.

Lima Filho, que foi relator da reforma agrária na Comissão da Ordem Econômica, apresentou moção sobre a questão: o imóvel rural que não responder à função social

poderá ser desapropriado para fins de reforma agrária com indenização em títulos, isenta do imposto de transmissão.

O diretório municipal de Bagé (RS) defende a isonomia dos mandatos de Sarney e dos próximos presidentes. E o delegado do PMDB do Rio, Jorge Venâncio, propõe em uma de suas moções o sistema presidencialista, mandato de cinco anos e fortalecimento do Legislativo. Mas o parlamentarismo está na moção do delegado baiano Luiz Carlos Caetano, enquanto Donato Cardoso sugere a criação do conselho republicano para colaborar com a administração dos Estados.

Para ordenar as sugestões e facilitar os trabalhos na convenção, a direção do PMDB distribuirá um questionário aos participantes para orientar nas votações. Ontem, esse questionário estava pronto mas, em reunião com os líderes, concluiu-se que o esboço estava confuso. E um novo texto começou a ser elaborado. O novo deverá indagar objetivamente a opinião dos convencionais sobre reforma agrária, reserva de mercado, definição de empresa nacional, remessa de lucros. As perguntas sobre duração de mandato e forma de governo serão apresentadas separadamente.